

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)  
GT 5 – Política e Economia da Informação

Comunicação Oral

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES:  
DO ACESSO À APROPRIAÇÃO**

Lilian Viana – USP  
Ivete Pieruccini – USP

**Resumo**

Este artigo apresenta pesquisa de mestrado em curso que afirma a importância do desenvolvimento de bibliotecas escolares sob o paradigma da apropriação cultural em oposição às concepções circunscritas somente ao acesso. Tal questão ganha ainda maior relevância no momento atual, marcado pela criação da Lei federal nº 12.244/10, que dispõe sobre a universalização de bibliotecas nas instituições de ensino brasileiras. Partindo do pressuposto de que, para transformar-se em ação, com resultados socioculturais e educativos efetivos, o texto legislativo implica a formulação de políticas públicas, a pesquisa objetiva conhecer e sistematizar dinâmicas implicadas no processo de formulação e implantação de políticas para bibliotecas escolares brasileiras. Para tanto, será feita pesquisa qualitativa que prevê a coleta de depoimentos, por meio de entrevistas semi-estruturadas assim como a aplicação de questionários, elaborados a partir de indicadores definidos na tipologia do *Ciclo da política pública*, tendo em vista colher dados acerca dos processos implicados na constituição de tais políticas. Como resultados parciais, identificou-se a inversão da ordem do processo de delimitação do problema na esfera pública bem como a relevância da incorporação de um novo conceito e modo de formação dos quadros de profissionais que possa dar sustentação a uma política pública capaz de reverter a atual situação da biblioteca escolar no cenário nacional. Considera que políticas públicas para bibliotecas escolares devem comportar a problemática das relações entre Informação e Educação, implicando saberes e fazeres específicos que garantam o direito de saber informar-se.

**Palavras-chave:** Biblioteca escolar. Apropriação cultural. Políticas públicas. Lei federal nº 12.244/10. Informação e Educação.

**Abstract**

This article presents a masters research in course which declares the importance of developing school libraries under the paradigm of cultural appropriation oppositely to conceptions circumscribed only to access. This question becomes even more relevant in the present moment, marked by the Brazilian federal Law 12.244/10, which defines the development of libraries in the Brazilian educational institutions. Assuming that to turn into action, with sociocultural and educational results, the law implies the formulation of public policies, the research aims to understand and systematize dynamics involved in the formulation and implementation of policies for Brazilian school libraries. Therefore, qualitative research will be done to collect data, by the application of semi-structured interviews as well as questionnaires, developed from indicators defined in the typology of the *Cycle of public policy*, in order to collect data about the processes implicated in the formulation of such policies. As partial results, a reversion in the order of the definition's process of the problem in public sphere was identified, as well as the importance of incorporating a new concept and method for training professionals who can support a public

policy capable of reversing current situation of the school library on the national scene. It considers that public policies for school libraries should behave the problematic relations between Information and Education, implying specific knowledge and practices that ensure the right to the know-how of being informed.

**Keywords:** School library. Cultural appropriation. Public policies. Federal Law 12.244/10. Information and Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar como organismo privilegiado à formação de indivíduos que, mais que hábeis no uso da informação, sejam capazes de dar sentido pessoal e social ao universo sócio-cultural que os rodeia, precisa ir além da simples oferta de acesso a informações, de mero organismo de apoio à sala de aula e limitada a disponibilizar materiais de leitura, uma vez que dispositivos informacionais *online* (TICs) vêm suplantando esse papel de instância de distribuição de informação, complementar à sala de aula.

Este estudo alinha-se, assim, a concepções que superam o paradigma de biblioteca de acesso a informações, inscrevendo-a sob o paradigma da apropriação, “modo de compreender a informação, bem como de estabelecer vínculos entre ela e a vida social”. Como instância de mediação cultural, tal concepção de biblioteca articula-se à noção de informação considerada “além de seus traços meramente físicos, situando-a em quadros de significação construídos e irrigados pela cultura e pela história” (PERROTTI, 2009, p.14), e à ideia de dispositivo educativo, dedicado a processos e práticas visando à apropriação de *saberes informacionais* (PERROTTI; PIERUCCINI, no prelo) que se caracterizam como bússolas cognitivas, essenciais a nossa sobrevivência na chamada *Era da informação*.

No momento atual, marcado pela criação da Lei federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização de bibliotecas nas instituições de ensino brasileiras, tal problemática ganha ainda maior relevância, face às dinâmicas próprias ao quadro informacional contemporâneo, cuja complexidade exige o estudo de concepções implícitas nos modelos de bibliotecas escolares adotados no passado como referência à criação destes dispositivos em nosso país, bem como dos princípios e metodologias para sua implantação e desenvolvimento.

Sob tal perspectiva, este trabalho busca sistematizar elementos característicos de princípios e práticas de criação, desenvolvimento, manutenção e avaliação de processos de implantação de políticas públicas de bibliotecas escolares brasileiras, visando contribuir para a superação de limites e entraves que marcam a trajetória deste organismo no país.

Partindo do pressuposto de que uma lei por si só não transforma realidades, a presente pesquisa em desenvolvimento considera que para transformar-se em ação, um texto legislativo implica a formulação de políticas públicas. Assim, conhecer e sistematizar dinâmicas implicadas nesse processo, com base não apenas nos referenciais teóricos oferecidos pela literatura especializada, mas considerando experiências ligadas à implantação de bibliotecas escolares na esfera pública mostra-se promissor, tendo em vista sua importância nas dinâmicas a serem consideradas no âmbito de nossa sociedade.

## **2 BIBLIOTECA ESCOLAR: UMA NOÇÃO PROBLEMÁTICA**

A noção de biblioteca escolar é carregada de nuances que, analisadas à luz de referenciais que entendem a nova problemática dos processos de mediação e apropriação cultural, no âmbito das novas aprendizagens informacionais indicam uma categoria importante a ser tratada pelas políticas públicas para o setor (PERROTTI; PIERUCCINI, no prelo).

Com a Renascença, no cenário europeu a biblioteca passa por processo de laicização cada vez mais nítido, identificando-se que desde os fins do século XVI ao momento presente, sua história é marcada por características fundamentais: a democratização; especialização e socialização do conhecimento, que a definem e orientam em diferentes contextos (MARTINS, 1996, p. 323-325).

No âmbito da especialização, o surgimento da biblioteca escolar na França, por exemplo, dá-se em decorrência da necessidade de conservação dos materiais utilizados em aula pelos professores: os prefeitos eram orientados a instalar “uma pequena biblioteca-armário, destinada à conservação dos livros, dos cadernos e dos quadros impressos para uso da escola”<sup>1</sup>. Para estimular os indecisos, orientações formais colocavam que “todo projeto de construção [...] de escola, para cuja execução se solicite auxílio, deverá ser acompanhado de um orçamento especial de despesas relativas ao mobiliário escolar, no qual será incluída, prioritariamente, uma biblioteca”. Com efeito, a criação da *biblioteca-armário* nas escolas tinha o intuito de reunir e preservar os livros com vistas à ampliação de seu uso pelos alunos (HEBRARD, 2009, p.7-9).

No Brasil, a origem da biblioteca escolar relaciona-se com o período colonial em que os livros e a educação estavam sob tutela da Igreja sendo, portanto, base para o ensino sustentado na

---

<sup>1</sup> Circular do Ministro da Instrução Pública e dos Cultos aos Governadores, de 31 de maio de 1860, relativa ao estabelecimento de bibliotecas escolares nas escolas primárias públicas. Citado por Hebrard (2009, p. 7).

propagação da fé, até meados do século XIX (MORAES, 1979, p. 5). Apesar da laicização do ensino entre nós, a partir deste momento não são identificadas iniciativas oficiais em âmbito nacional em torno da biblioteca escolar, mas apenas ações isoladas que com o passar do tempo, e apesar de esforços, perderam forças.

Em nosso país imperou o silêncio legislativo em torno da biblioteca escolar e, a despeito da existência de ações específicas, pouco se fez por seu desenvolvimento. Mesmo na atualidade, a biblioteca escolar não é, efetivamente, tida como relevante no Brasil haja vista a carência quantitativa e qualitativa deste organismo na cena educacional. Todavia quando existem, a concepção de muitas, ainda, não difere muito da *biblioteca-armário*, resumindo-se a um acervo organizado de livros.

Nesse quadro, a biblioteca escolar não é encarada pela sociedade, de modo geral, como indispensável ao processo de educação formal, questão de ordem pública a ser alvo de políticas específicas; exceção feita a iniciativas pontuais de algumas prefeituras que, contudo, ainda não conseguiram sensibilizar as esferas sociais e políticas mais amplas capazes de alterar, efetivamente, o quadro existente.

Tal situação está envolta em uma complexa trama: a mencionada ausência histórica de bibliotecas escolares no Brasil, sua definição simplesmente enquanto acervo, o desconhecimento do papel que pode e deve exercer no quadro educacional contemporâneo, o empirismo que marca a constituição das poucas bibliotecas escolares em nosso país, além das dificuldades de apropriação, pelos quadros profissionais da área da Informação e Educação, de novos referenciais teóricos e metodológicos que contribuiriam para a superação de um *modus operandi* que em pouco tem contribuído para evidenciar o papel essencial da biblioteca escolar no multifário contexto nacional.

Essa árida conjuntura indica que a implantação de bibliotecas escolares nos estabelecimentos de ensino deve por em questão concepções arcaicas, tais como aquelas que a definem a partir do acervo que devem guardar e disseminar, para fins educativos. De fato, “reformular” o pensamento envolto em disposições e práticas com foco na biblioteca escolar no país, evidencia preocupações que visam protegê-la da inadequação, inocuidade e, sobretudo, do atraso em relação ao papel que deve cumprir no cenário informacional contemporâneo, em que tal concepção não mais se sustenta.

Políticas públicas para bibliotecas escolares que incorporem tanto concepções que

superem a visão tradicionalista e o caráter puramente residual e reducionista imposto a ela quanto processos que garantam sua consolidação, sob novos referenciais, implicam investigação rigorosa.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES: QUADRO DE REFERÊNCIA**

Todos os indivíduos têm o direito “de procurar, receber e transmitir informações” que, face ao quadro informacional contemporâneo, implica *saber informar-se*, categoria que, portanto, inscreve-se como marca da liberdade visível pelas leis. Assim, é necessário um aparato de garantias e medidas efetivas empreendidas pelo Estado para criar formas de concretização dos direitos humanos e sociais, fato viabilizado pela política (BUCCI, 2006, p. 4; LEFORT, 1987, p.57).

Como categoria jurídica, a lei é caracterizada por sua generalidade e abstração. Por sua vez, as políticas públicas são forjadas para a realização de objetivos estabelecidos, ou seja, as leis são “princípios que descrevem direitos” enquanto as políticas públicas “são proposições que definem objetivos” (BUCCI, 2006, p. 25). Nesses termos, pode-se considerar o direito, as leis e as instituições estatais como intenção formal de modificar dada realidade, enquanto as políticas públicas – embora compreendam as leis e regulamentações - podem ser entendidas, em certo sentido, como programas de ação, representando a realização concreta das decisões tomadas (DEUBEL, 2007, p. 19).

A simples criação de legislação em torno de uma questão específica, como no caso da biblioteca escolar, por exemplo, não dá garantias de que esta será objeto de ação política, pelo contrário, explicita que o texto legislativo irá cair no esquecimento caso não sejam desenvolvidas ações para efetivar as intenções inscritas em lei. Portanto, o desenvolvimento de políticas públicas é fundamental e é a partir daí que caminhos serão traçados para que as disposições legais saiam da esfera do discurso e façam parte da realidade.

Envolvendo disposições oficiais emitidas pelo Estado, incluindo a Constituição, tratados, legislação, regulamentações, bem como a definição do modo de agir para alcançar o que foi proposto (GONZÁLEZ-SUÁREZ, 2008, p.147), as políticas públicas são, nas palavras de Deubel (2007, p.27, tradução nossa), “um conjunto formado por objetivos coletivos, considerados necessários ou desejáveis, e por meios e ações tratados, ao menos parcialmente, por uma

instituição governamental com o intuito de alterar determinada situação”.

Nessa perspectiva, a política pública propõe-se a tratar ou resolver um problema entendido como coletivamente relevante, que existe quando uma situação é considerada inadequada e há a expectativa de se alcançar condição melhor. Ou seja, o problema público é “a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública” (SECCHI, 2011, p.7).

Ressalta-se, contudo, que o conceito de público, presente no contexto das políticas, não pode significar simplesmente a ação do Estado frente a um problema que afeta a coletividade; deve, sobretudo, reafirmar “a natureza pública das políticas públicas na medida em que permite precisar que o objeto das políticas está nos espaços de relação que se produzem entre a sociedade e o Estado” (MEDELLÍN TORRES, 2004, p. 48).

Diante disto, conhecer os elementos implicados na composição de uma política pública é condição indispensável para que possamos refletir criticamente sobre o desenvolvimento de bibliotecas escolares, considerando aspectos fundamentais a sua constituição como objeto alvo de ação do poder público.

O processo de formulação de políticas públicas por meio do modelo do *Ciclo da política pública* - tipologia ideal -, sugere sua compreensão a partir de uma sucessão de fases, com seus distintos cenários e atores (DEUBEL, 2007; RODRIGUES, 2011; SECCHI, 2011): reconhecimento do problema e delimitação da questão, agenda política, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação<sup>2</sup>.

Cada fase do processo está envolta em um jogo de relações e interesses que determina os rumos da ação política e, portanto, não deve ser desconsiderado. Nesse jogo, os atores políticos podem ser individuais ou coletivos, institucionais e não-institucionais, exercendo influência sobre a criação e implementação das soluções públicas (CAHN, 1995, p.201).

Compreendendo aqueles que têm o poder de decidir as políticas e estão envolvidos diretamente em sua produção e execução, os atores institucionais são o presidente, os gestores públicos, os políticos – membros do Executivo -, os parlamentares, os burocratas, os juizes, as organizações e instituições de governo (RODRIGUES, 2011, p.21). Além destes, há os atores não-insitucionais, a saber, a mídia, os partidos políticos, os grupos de interesse, acadêmicos, pesquisadores, consultores e a opinião pública. É preciso considerar a importância de todos os envolvidos nesse processo, pois é certo que, embora sejam os atores institucionais que

---

<sup>2</sup> Categorização apresentada por Theodoulou (1995).

efetivamente tomam as decisões, a política é “resultado de processos institucionais influenciados por atores não-institucionais” (CAHN, 1995, p.207, tradução nossa).

O desenvolvimento de políticas públicas para bibliotecas escolares não escapa a tais negociações e a decisão final sobre as ações em torno destes organismos será reflexo do jogo de interesses que se dá nas distintas fases do processo político.

A fase inicial do Ciclo da política pública é crucial, comportando o reconhecimento de um problema e sua delimitação como questão a ser alvo de ação política. Trata-se do momento em que distintos atores entrarão em confrontos e negociações para determinar quais os problemas que, efetivamente, serão incluídos na agenda governamental. Portanto, nessa fase ocorrem reflexões sobre quais os elementos que fazem chegar o momento de se considerar determinado problema. Sua análise implica compreender por meio de que mecanismos um tema torna-se problemático, obrigando as autoridades públicas a intervirem, já que transformar uma situação de dificuldade em problema público é condição primeira para que uma questão dê origem a uma política pública (KINGDON, 2007, p.219).

A consciência de que as questões públicas são delimitadas a partir do reconhecimento de dada realidade como problemática coloca-nos frente à constatação de Deubel (2007, p.58, tradução nossa), para quem os problemas são representações, resultado do “conjunto de lutas que atores sociais e políticos empreendem para impor uma leitura do problema que seja a mais vantajosa aos seus interesses”.

Por essas vias, tem-se que para que um problema seja identificado socialmente e se dê a busca por institucionalizá-lo - a partir da intervenção política que, grosso modo, traduz-se em leis e regulamentações com o intuito de legitimar a questão delimitada -, deve ser acompanhado de uma solução, mesmo que esta não busque resolvê-lo por completo, mas, apenas mitigá-lo (DEUBEL, 2007, p.59; SECCHI, 2011, p.35).

É possível afirmar, portanto, que a biblioteca escolar, ou melhor, a ausência de bibliotecas escolares, foi encarada como um problema público, questão a ser alvo de ação política haja vista a criação da Lei federal nº 12.244/10. Contudo, ao que nos parece, a forma como foi delimitada na legislação dá indícios de quais serão as soluções propostas. Ao resumir a biblioteca escolar a acervo organizado de recursos informacionais de diferentes ordens, a lei expõe que o problema é simplesmente a falta do acesso a tais materiais. Com isso, a solução poderá estar circunscrita meramente à garantia do direito de acesso às informações, deixando de considerar o direito de

saber informar-se, fundamental para que os sujeitos efetivamente se apropriem de forma crítica e criativa das informações.

A delimitação da questão a ser alvo da ação política resulta, em decorrência, da interpretação do problema por parte de atores específicos. Portanto, nesta etapa pré-decisória, determinados atores políticos entram em cena para definir a questão, ou seja, interpretarão o problema, ação que não é isenta de interesses e influenciará de maneira decisiva os rumos a serem seguidos pela ação política.

Delimitada a questão, esta deve ser inserida na agenda política: o conjunto de temas que são objeto de discussão pública, alvo de atenção tanto por parte das autoridades como daqueles que, embora fora do governo, de alguma forma a ele se vinculam. A agenda política tem início no momento em que instâncias de decisão do processo político reconhecem a existência de um problema, sentem necessidade de resolvê-lo e buscam soluções para tanto (COBB; ELDER, 1995, p.88). Assim, não compreende um documento formal, mas, um conjunto de questões que são alvo da atenção do governo; trata-se de uma construção política sujeita a mudanças devido a eventos ou situações novas.

Nem todos os problemas são incluídos na agenda política, o que demonstra a existência de mecanismos, nem sempre evidentes, de exclusão e inclusão na pauta de prioridades. Para que um problema seja inscrito na agenda política são necessárias três condições básicas: atenção, ou seja, diferentes atores devem entender a situação como digna de intervenção política; competência, a questão deve ser responsabilidade das autoridades públicas; resolubilidade, possíveis ações devem ser encaradas como necessárias e factíveis (COBB; ELDER, 1995).

Dentro desse contexto, devemos atentar para a distinção entre dois tipos básicos de agenda. Um deles é a *agenda sistêmica* que compreende todos os assuntos percebidos pela comunidade política como dignos de atenção pública; o outro é a *agenda institucional*, definida como o conjunto de itens levados para o campo da ação e seriamente considerados pelos políticos. Inicialmente, as questões inserem-se na agenda sistêmica e, caso obtenham suficiente atenção, são movidas para a agenda institucional, um subconjunto da primeira. Entretanto, limitações como tempo, recursos e até mesmo interesse fazem que um número limitado de questões entre na agenda institucional (COBB; ELDER, 1995, p.99).

Em relação à biblioteca escolar tem-se que, ao menos no âmbito do governo federal, esta ainda não se insere na agenda institucional, pois, passados mais de 3 anos da sanção da lei que

determina sua criação, não há indícios do desenvolvimento de ações para objetivar as intenções dispostas em lei. Se por um lado é possível observar em certos contextos ações em torno da biblioteca escolar<sup>3</sup>, por outro, tais ações deixam entrever que tentam adequar-se à determinação que define a biblioteca como acervo organizado de recursos informacionais, supervisionado por profissional de nível superior habilitado para tanto. Como já salientado, se tais elementos são imprescindíveis, o acervo não é categoria exclusiva que mereça ser objeto central, em detrimento de concepções e ações que venham a colocar a biblioteca escolar de fato, como instância privilegiada de articulações e práticas voltadas à educação para a apropriação de informação e cultura pelos escolares, condição que a alçaria a estatuto relevante nos quadros da contemporaneidade.

Caso ingresse na agenda institucional, a questão será alvo da formulação de alternativas, e, assim, serão traçados cursos de ação factíveis para lidar com o problema público que, *a posteriori*, serão reduzidos para um conjunto menor de opções de alternativas a ser analisado pelos políticos.

Desse modo, solucionar um problema público implica realizar um diagnóstico do mesmo, conhecendo detalhadamente suas causas e consequências para, com isso, identificar e desenvolver alternativas possíveis. Para Schattschneider (*apud* SIDNEY, 2007, p.79), “a definição das alternativas é o instrumento supremo de poder, porque a definição de alternativas é a escolha dos conflitos, e a escolha dos conflitos aloca o poder”, ou seja, as alternativas propostas aos decisores políticos exercem influência direta na decisão política final.

Nesse processo, em que são propostas soluções com vistas a diminuir a distância entre uma situação problemática atual e a situação almejada, é fundamental ter clareza quanto às metas sociais a serem alcançadas, definindo-se, em seguida, objetivos concretos que irão viabilizar a realização destas. O estabelecimento de objetivos norteia a construção de alternativas, que serão selecionadas a partir de uma competição travada entre os diferentes atores políticos que, em defesa de interesses ideológicos e materiais, entram em conflito e lançam-se num jogo de influências marcado por negociações e mobilização de recursos, dentre outros elementos (DEUBEL, 2007, p. 76-77; SECCHI, 2011, p. 37).

---

<sup>3</sup> Como exemplo: o concurso público, da Secretária de Estado da Educação de São Paulo, para provimento de 97 vagas para o cargo de Analista Sociocultural (Graduação Superior em Biblioteconomia e Documentação), divulgado no Diário de Oficial de 15 de março de 2013. Também a campanha Eu quero minha biblioteca, liderada pelo Instituto Ecofuturo, e o documento Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares, iniciativa do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Embora o governo seja a instância de tomada de decisões, determinando prioridades, metas, objetivos e metodologias para abordar um problema público, há um número plural de atores que pesam na configuração do problema. Dentre estes, os acadêmicos, consultores, pesquisadores, analistas ligados à esfera institucional e também aqueles que trabalham para grupos de interesse. Tais atores podem tanto participar como incentivadores ou como obstáculos a certos encaminhamentos, empreendendo esforços para que uma alternativa seja considerada a mais adequada, ou interpondo barreiras que reduzem as chances de determinadas opções propostas (KINGDON, 2007, p. 219-223).

Nessas vias, não se pode desconsiderar a influência que tais atores exercem nesse processo, o que explica o motivo para que as alternativas nem sempre sejam as mais coerentes, mas, apenas o resultado do embate entre as instâncias implicadas nesse jogo (DEUBEL, 2007, p.73).

Intrinsecamente relacionada a esse processo, a tomada de decisão compreende a escolha da alternativa para tratar do problema público ou, ainda, a opção por não aprovar nenhuma das propostas como curso de ação oficial (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2009, p. 139). Embora restrita aos atores institucionais com autoridade para deliberar - políticos, juízes e outros membros do governo são aqueles com “voz” e “voto” para participar ativamente dessa fase -, a tomada de decisão está circunscrita num contexto permeado por regras, estruturas hierárquicas, paradigmas, circunstâncias sociais, políticas e econômicas que irão determinar as decisões, o que significa que tais atores não têm total liberdade para adotar, com base em suas próprias expectativas, a política que desejam.

As decisões, em decorrência, podem ser positivas, negativas ou, ainda, não haver decisão. As decisões positivas são aquelas que, uma vez implementadas, buscam interferir no problema público de alguma maneira; já as decisões negativas ocorrem no sentido de manter determinada condição, ou seja, é quando o governo delibera que não agirá sobre o problema. Por fim, a ausência de decisão (*non-decisions*), quando alternativas para alterar determinado problema nem chegam a ser consideradas, ou seja, a questão não foi objeto de interesse nas fases da agenda política e da formulação de alternativas. Nesse sentido, Howlett, Ramesh e Perl (2009, p. 141, tradução nossa) afirmam que “embora a substância das decisões possa ser infinitamente variada, seus efeitos fundamentais serão ou para perpetuar o *status quo* ou para alterá-lo”. É nesta fase que a política pública, até então circunscrita praticamente a discursos de intenções, irá ser

transformada em ações concretas. (DEUBEL, 2007, p. 107).

A complexidade dessa fase, todavia, não pode, de modo algum, ser reduzida a um fazer técnico, pois também é marcada por embates de interesse, além de comportar a relevância das pessoas, já que é nesse momento que funções administrativas como coordenação e liderança são postas em prática. Ou seja, os atores que lideram a implementação devem ser capazes de compreender e lidar com obstáculos tanto técnicos como legais, num processo constante de negociação com o conjunto de atores aí implicados. No bojo de tais reflexões, emerge o alerta de Deubel:

[...] os objetivos anunciados para justificar uma política não são necessariamente aqueles que se quer alcançar, mas por razões de oportunidade política ou de estratégia, às vezes não convém ao decisor enunciar suas decisões reais. Por exemplo, uma lei pode ter como objetivo a segurança e tranquilidade geral dos cidadãos, mas o decisor busca na verdade vigiar ou controlar as atividades de alguns cidadãos. Igualmente pode suceder que se aprove uma política sem que se pense realmente em implementá-la. Nestes casos, fala-se de política simbólica: o efeito do anúncio serve de política e pode ter efeitos reais. Edelman (1991) mostra como a política pode ser um jogo no qual o espetáculo e a construção do cenário são mais importantes que a resolução dos problemas por meio de uma implementação efetiva (2007, p.125-126, tradução nossa).

Na perspectiva da política pública em análise, avaliação e monitoramento também são atos políticos não estando totalmente isentos de intenções. Portanto, para que o processo avaliativo seja, de fato, útil à coletividade, a avaliação deve ter credibilidade, apresentando transparência acerca dos critérios, indicadores e parâmetros utilizados para identificar resultados dos processos relativos àquela intervenção, em toda sua complexidade, não sendo limitada a qualificá-la a partir de viés reducionista, meramente como boa ou ruim. Deve ir além, explicitando os elementos quantitativos e qualitativos alcançados para que, após a análise, os problemas e soluções implicados possam ser efetivamente revistos. Com isso, o ciclo da política poderá seguir para outra etapa com vistas a redimensionar a questão política, ou ainda, manter o *status quo*.

Deste modo, a abordagem do objeto, de acordo com a literatura estudada, será pautada pelas múltiplas categorias apresentadas no Ciclo da política pública ideal.

#### **4 METODOLOGIA**

A pesquisa em desenvolvimento tem em vista identificar, sistematizar e problematizar aspectos que contribuíram para a definição de atuais políticas públicas para bibliotecas escolares no Brasil e que comporão o corpo de análise.

A partir da necessidade de coletar e interpretar dados de realidades distintas, deixando de pensar a pesquisa em termos de “diagnóstico”, deu-se a escolha pelo *método qualitativo* que “produz resultados que não foram alcançados por meio de procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação” (STRAUSS; CORBIN, 1990, p. 17). Portanto, embora possível quantificar alguns dados obtidos, a análise dos resultados em si será qualitativa, considerando os processos e não somente os resultados bem como a extrema relevância dos significados, sendo fundamental compreender atos e palavras em seus contextos (BOGDAN; BIKLEN, 2010, p.47-48).

Para proceder à coleta de dados está prevista a coleta de depoimentos, por meio de entrevistas semi-estruturadas, com representantes institucionais que atuaram e/ou atuam em redes públicas de bibliotecas escolares no país, o que significa que a descrição feita pelos sujeitos será ponto fundamental para a interpretação dos dados, já que os acontecimentos discutidos não foram observados pelas pesquisadoras (SELLTIZ et al., 1974). Da mesma forma, a pesquisa lançará mão da aplicação de questionários (em elaboração), em caso de impossibilidade de contato direto com os depoentes.

Conforme observado anteriormente, a formulação do instrumento de coleta de dados será pautada nas categorias presentes no modelo do *Ciclo da política pública*, tipologia ideal que sugere a compreensão das políticas públicas a partir de uma sucessão de fases, com seus distintos cenários e atores, a saber: reconhecimento do problema e delimitação da questão, agenda política, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação (THEODOULOU, 1995).

As análises terão em foco projetos que levaram a cabo a implantação de redes de bibliotecas escolares, sob os seguintes aspectos e respectivos desdobramentos:

- concepções de biblioteca escolar implícitas ou explícitas, ou seja, como a questão foi delimitada pela esfera política,
- mecanismos que levaram a biblioteca escolar a tornar-se alvo de séria consideração por parte de atores políticos;
- atores chamados a participar do processo decisório (grupos de interesse, acadêmicos, etc.)
- alternativas adotadas para o desenvolvimento das bibliotecas escolares;

- existência (ou não) de ações de formação para os profissionais que atuam nas bibliotecas escolares, observando se a atuação destes ocorre em consonância com as concepções de biblioteca escolar presentes nas políticas públicas;
- procedimentos para monitorar e avaliar o desenvolvimento e permanência das políticas públicas, identificando critérios e parâmetros aí implicados.

## 5 RESULTADOS PARCIAIS

As investidas no terreno ofereceram indicativos relevantes, ainda que não conclusivos, em relação à questão em análise, tanto no aspecto da definição da legislação que ampara a criação das bibliotecas escolares no país, quanto em relação à formação de pessoal que atua em rede de biblioteca escolar, em foco na pesquisa. Os dados coletados mostram:

a) Inversão da ordem do processo de delimitação do problema na esfera pública:

Uma primeira abordagem junto a órgãos que atuaram diretamente para aprovação da lei de universalização da biblioteca nas instituições de ensino no país mostrou que os percursos adotados escaparam às etapas previstas no modelo teórico adotado, indicando que em nosso contexto prevaleceram iniciativas de classe (dos bibliotecários, especialmente) a demandas incitadas pela sociedade organizada. Tratou-se, sobretudo, de ação afirmativa de organismo profissional (Conselho Federal de Biblioteconomia), apoiado por representantes da categoria, que tomaram para si a incumbência de pressionar e fazer ser aprovada a lei federal nº 12.244/10.

b) Relevância de um novo conceito e modo de formação dos quadros de profissionais que atuam em bibliotecas escolares:

O acompanhamento de processos de *formação em rede* de equipes multidisciplinares de profissionais que atuam em bibliotecas escolares (bibliotecários, professores, agentes culturais, dentre outros) traz indicativos de que a complexidade dos processos de mediação e apropriação da biblioteca escolar pelos alunos implica, de um lado, a sua apropriação também pela comunidade escolar como um todo; de outro, que os usos meramente residuais atribuídos à biblioteca escolar demandarão uma ressignificação de seu papel na educação, tarefa árdua dada a cristalização de concepções, até certo ponto, arraigadas nos saberes e fazeres dos atores responsáveis pelos rumos deste organismo na escola. Para além da visão instrumental da biblioteca escolar como apoio à sala de aula, há ainda um outro patamar a ser atingido e que se refere ao aprender a *informar-se* e a *informar*, já sinalizado como essencial face ao quadro

informativo contemporâneo, mas que ainda não faz parte de forma sistemática e metódica dos programas que regem a biblioteca escolar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados os primeiros resultados observados, ressaltamos a importância de que a relação universidade-terreno seja atividade efetiva e que a academia seja chamada a participar dos processos de formulação de alternativas, já que no âmbito da Ciência da Informação a biblioteca escolar ocupou, historicamente, papel de destaque como categoria ligada aos processos de apropriação de informação e cultura.

Alertamos, com isso, para que a criação de bibliotecas escolares objetive a satisfação de necessidades e atenda a desafios no âmbito da educação das novas gerações, sendo que uma nova ótica deverá pautar essa fase de discussões e regulamentações da política pública para a biblioteca escolar no Brasil. Trata-se, assim, de imediato, de incorporar uma decisão positiva à ação política, a ser posta em execução.

A criação de legislação em torno do direito à biblioteca escolar não pode esgotar-se em si mesma, apenas ação simbólica para silenciar determinados segmentos sociais carentes do desenvolvimento de tais organismos entre nós. O texto legislativo constitui-se apenas como um passo inicial do longo caminho a ser percorrido para que a ausência de bibliotecas escolares seja, de fato, tomada como um problema público e se deem ações para seu desenvolvimento e consolidação, numa perspectiva que ultrapasse paradigmas da modernidade baseados na facilitação ao acesso a livros e outros suportes materiais. No cenário informativo contemporâneo, concepções centradas exclusivamente na difusão/distribuição de recursos informativos não mais se sustentam e revelam a problemática implicada na redução dos atos de conhecer e aprender a informar-se, como se o acúmulo gradativo de informações significasse, por si só, a aquisição e geração de novos conhecimentos.

Políticas públicas para bibliotecas escolares, nesse sentido, irão necessariamente além do ambiente enquanto tal, atingindo reflexões que perpassam as relações entre Informação e Educação, cada vez mais complexas, implicando *saberes e fazeres* novos, especiais e específicos, a serem incorporados aos processos de ensino-aprendizagem, para os quais tanto a sociedade quanto determinados segmentos especializados parecem ainda não ter atentado. Há também uma ação pedagógica a ser empreendida pelas políticas dedicadas à formação de profissionais que atuam nessa interface *informação-educação*. Logo, os processos de monitoramento e avaliação

são essenciais para que tanto o governo como os cidadãos tomem conhecimento dos resultados alcançados por meio das ações políticas, permitindo melhoria da percepção sobre a política empreendida e, em consequência, seu aprimoramento.

Assim, se a falta de aptidão cognitiva é empecilho à sobrevivência dos indivíduos em meio à atual avalanche informacional, destaca-se, por outro lado, a importância de políticas públicas que promovam a criação de bibliotecas escolares que, além de comprometidas com a defesa do direito à informação, ocupem-se com o desenvolvimento de capacidades que garantam o direito de saber informar-se, de aprender a apropriar-se de informação e cultura.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto editora, 2010.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: \_\_\_\_\_. **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. p.1-49.

CAHN, Matthew A. The players: institutional and noninstitutional actors in the policy process. In: THEODOULOU, Stella Z.; CAHN, Matthew A. **Public policy**: the essential readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995. p.201-211.

COBB, Roger W.; ELDER Charles D. Issues and agendas. In: THEODOULOU, Stella Z.; CAHN, Matthew A. **Public policy**: the essential readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995. p. 96-104.

DEUBEL, André-Noël Roth. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Aurora, 2007.

GONZÁLEZ-SUÁREZ, Mirta. **Psicología política**. San José: Editorial UCR, 2008.

HEBRARD, Jean. **As bibliotecas escolares**: entre leitura pública e leitura escolar na França do II Império e da III República. Campinas: Mercado das letras, 2009.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Studying public policy**: policy cycles e policy subsystems. 3. ed. Canadá: Oxford, 2009.

KINGDON, John. Juntando as coisas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**: coletânea – volume 1. Brasília: ENAP, 2007. p.225-245.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense: 1987.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo : Ática, 1996.

MEDELLÍN TORRES, Pedro. **La política de las políticas públicas**: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. (Políticas sociales).

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

PERROTTI, Edmir ; PIERUCCINI, Ivete. **Infoeducação**: um salto para o futuro (no prelo).

PERROTTI, Edmir. Olhando a significação: do paradigma do acesso ao da apropriação da informação. In: MARTELETO, Regina Maria; STOTZ, Eduardo Navarro (Org.). **Informação, saúde e redes sociais**: diálogos de conhecimento nas comunidades da Maré. Rio de Janeiro: Fiocruz; Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 9-14.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G, FUJINO, A. NORONHA, D. P. (Orgs.) **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2008. p. 46-97. Disponível em: < <http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/cienciaInformacao/informacaoContemporanieda de.pdf> > Acesso em: 28 jul. 2013.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Folha explica).

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo : Epu, 1987.

SIDNEY, Mara S. Policy formulation: design and tools. In.: FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S. (Ed.). **Handbook of public policy**: theory, politics and methods. Boca Raton: CRC Press, 2007. p. 79-87.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basics of qualitative research**: grounded theory procedures and techniques. California: Sage, 1990.

THEODOULOU, Stella. The contemporary language of public policy: a starting point. In: THEODOULOU, Stella Z.; CAHN, Matthew A. **Public policy**: the essential readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995. p.1-10.